



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado da Fazenda

Balanço Geral 2009

Relatório Circunstanciado da Análise da Gestão
Orçamentária, Financeira, Patrimonial e
Operacional, Produzido pelo Controle Interno



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

**RELATÓRIO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
PODER EXECUTIVO ESTADUAL
EXERCÍCIO 2009**

1 APRESENTAÇÃO

A Controladoria Geral do Estado do Acre, em cumprimento às determinações legais, apresenta o Relatório Circunstanciado da Análise da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, produzido pelo controle interno, na forma do item III, anexo I da Resolução - TCE nº 62, de 18 de julho de 2008, sobre as contas do governo do Estado do Acre referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Na produção deste relatório, procurou-se demonstrar as principais informações geradas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo governo do Acre em 2009, demonstrando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O trabalho da análise das contas foi desenvolvido durante todo o exercício, com a coleta de informações disponíveis nos Sistemas Corporativos Estaduais, nos instrumentos de planejamento (leis e decretos) e, ainda, fornecidas pelos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado.

No âmbito do Poder Executivo, com a regulamentação do Sistema de Controle Interno, foram realizadas atividades junto aos diversos órgãos da administração, que contribuiram para a melhoria dos controles e com a redução das impropriedades.

2 INTRODUÇÃO

No exercício de sua competência, a Controladoria Geral procedeu à análise e acompanhamento das contas governamentais processadas pela Secretaria da Fazenda, órgão responsável pela execução da contabilidade geral e da administração financeira dos demais órgãos e unidades do Poder Executivo do Estado do Acre, na forma prevista no artigo 64 da Constituição Estadual.

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos de controle interno aplicáveis ao serviço público estadual, consoante disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de responsabilidade fiscal, e demais normativos complementares.

Outras demonstrações contábeis e acessórias julgadas relevantes foram inseridas nos documentos que formam a Prestação de Contas, apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda,



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

a fim de proporcionar maior transparência das atividades do Setor Público Estadual bem como, de atender maior número de usuários das informações governamentais.

A consolidação das demonstrações reflete a utilização dos recursos consignados no Orçamento Geral, pelo Poder Executivo, por meio das Secretarias de Estado ou Órgãos equivalentes, das entidades da Administração Indireta, representada pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, pelo Poder Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público.

3 RESULTADOS DOS EXAMES

3.1 Orçamento Geral do Estado

3.1.1 Do Orçamento

O art. 150 da Constituição Estadual estabelece que os instrumentos disciplinadores da elaboração, execução e controle do Orçamento do Estado são: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, os quais foram autorizados pelos seguintes dispositivos legais, para o exercício de 2009:

3.1.1.1 Plano Plurianual (PPA), para o período de 2008/2011, nos termos da Lei Estadual nº 1.972, de 27 de dezembro de 2007, publicado no Diário Oficial do Estado, de 31 de dezembro de 2007, constitui um compromisso assumido pelo governo para com a sociedade na direção de construir um futuro melhor para a população do Estado, estabelecendo políticas, estratégias, linhas de intervenção, diretrizes, programas e ações voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável e ao combate à pobreza e às desigualdades sociais.

3.1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Estadual nº 2.014, de 25 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado, de 28 de julho de 2008, estabelece as metas e prioridades a serem alcançadas pelas ações governamentais e os critérios para a elaboração e a execução do Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício de 2009.

3.1.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei Estadual nº 2.093, de 11 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado, de 12 de dezembro de 2008, apresenta a estimativa da receita e a fixação da despesa em compatibilidade com as ações estruturadas pelo PPA e com as diretrizes estabelecidas na LDO, compreendendo o Orçamento Fiscal, de Investimentos e da Seguridade Social, os quais contemplam os programas de governo para o exercício de 2009, conforme demonstrado na tabela a seguir:

3.1.2 Gestão Orçamentária

O orçamento do Estado para o exercício de 2009 estimou a Receita e fixou a despesa em R\$-3.410,7 milhões, compreendendo os três Poderes que compõem a Administração Estadual, conforme demonstrado nas Tabelas a seguir.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 1

R\$-mil

ORÇAMENTOS	RECEITA ESTIMADA E DESPESA FIXADA		*AH%
	2009 (A)	2008 (B)	(A/B)-1
Fiscal	2.696.497	2.050.537	31,50
Seguridade Social	714.178	567.161	25,92
Investimentos	14	14	0,00
TOTAL	3.410.689	2.617.712	30,29

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AH=Análise Horizontal→Variação do ano de 2009 em relação a 2008

Como pode ser verificado na tabela 1, o orçamento para o exercício de 2009 teve um acréscimo em relação a 2008, de R\$-792,9 milhões, traduzido no percentual de 30,29%.

Sob o amparo da Lei Orçamentária Anual nº 2.093, de 2008, o Poder Executivo procedeu à abertura de créditos suplementares, no valor correspondente a 16,89%, abaixo do limite de 30% das despesas fixadas, observando o disposto no art. 161 da Constituição Estadual e no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

A LOA, no seu art. 10, autorizou o Poder Executivo, durante a execução orçamentária do exercício de 2009, a realizar operações de créditos por antecipação de receita, até o limite previsto na Constituição Estadual. Apesar da autorização legal, não foram contratadas operações de crédito nesta modalidade.

O art. 17 da Lei Estadual nº 2.093, de 2008, contém a autorização para o Poder Executivo reprogramar e remanejar programas, projetos e atividades, desde que não alterem o valor final do orçamento. Além disso, no art. 12 da referida Lei, ficou autorizado o bloqueio da execução orçamentária com a finalidade de ajustar os dispêndios aos efetivos comportamentos dos ingressos da receita.

Para o Orçamento de Investimentos, relativo ao exercício financeiro de 2009, das Empresas Públicas, foi fixado o valor de R\$-14 mil, na forma do disposto no art. 7º da Lei Estadual nº 2.093, de 2008, conforme a seguir demonstrado:

Tabela 2

R\$-mil

DESPESAS DE INVESTIMENTOS, POR ENTIDADE			
EMPRESAS	RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
	TESOURO	PRÓPRIOS	TOTAL
Companhia de Habitação do Estado do Acre	14	0	14
TOTAL	14	0	14

Fonte: Balanço Geral do Estado

Com base nas informações apresentadas na tabela 3, a seguir, apura-se que 70,27% das despesas fixadas no Orçamento Anual foram comprometidas com despesas correntes, 29,58% com despesas de capital e o restante para reserva de contingência. O quadro também apresenta, detalhadamente, as disposições determinadas pelo art. 2º da LOA, demonstrando as fontes dos recursos para a execução do orçamento, fixando para 2009 como fontes de recursos, o Tesouro do Estado com o valor de R\$-1.948,4 milhões e outras fontes com a importância de R\$-1.462,3 milhões, correspondendo a 57,13% e 42,87%, respectivamente.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 3

R\$-mil

DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA ECONÔMICA				
GRUPO DE DESPESA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	* AV %
DESPESA CORRENTE	1.687.104	709.740	2.396.844	70,27
Pessoal e Encargos Sociais	1.061.275	314.750	1.376.025	40,34
Juros e Encargos da Dívida	87.604	0	87.604	2,57
Outras Despesas Correntes	538.225	394.990	933.215	27,36
DESPESA DE CAPITAL	256.533	752.512	1.009.045	29,58
Investimentos	146.008	752.397	898.405	26,34
Inversões Financeiras	138	0	138	0,00
Amortização da Dívida	110.387	115	110.502	3,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.800	0	4.800	0,14
Reserva de Contingência	4.800		4.800	0,14
TOTAL	1.948.437	1.462.252	3.410.689	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AV=Análise Vertical→Participação do item na despesa total

3.2 Dos Créditos Adicionais

O Poder Executivo foi autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, com a demonstração nos respectivos decretos de abertura, compatibilizando as alterações na programação orçamentária.

No decorrer do exercício de 2009, foram abertos créditos adicionais amparados por fontes de recursos oriundas das anulações de dotações orçamentárias, excesso de arrecadação e de *superávit* financeiro do exercício de 2008. Estas fontes não oneraram o limite autorizado pelo art. 9º da LOA, conforme Tabela 4.

Tabela 4

R\$-mil

Itens	Movimentação	Valores	*AV %
1	Orçamento Inicial	3.410.689	100,00
2	Créditos Adicionais	576.008	16,89
2.1	Suplementares	1.839.488	53,93
2.2	Especiais	0	0,00
2.3	<i>Superávit</i> Financeiro de 2008	55.971	1,64
2.4	Anulação de Dotações	1.319.451	-38,69
3	Orçamento Final = (1+2)	3.986.697	116,89

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AV=Análise Vertical→Participação do item no total do orçamento

As alterações orçamentárias em 2009 resultaram em acréscimo de 16,89% em relação ao total do orçamento previsto na LOA, elevando o valor orçado de R\$-3.410,7 para R\$-3.986,7.



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

4 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o instrumento que demonstra a execução orçamentária da entidade pública em atendimento às condições, metodologias, regras e princípios consubstanciados na Contabilidade Pública e em obediência às especificações da Lei Orçamentária Anual.

A estrutura do Balanço Orçamentário obedece ao modelo agregado à Lei Federal nº 4.320, de 1964, apresentando uma configuração em duas seções, onde são demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com os ingressos orçamentários e as despesas empenhadas.

Os dados do Balanço Orçamentário são apresentados em valores consolidados por grupos de contas, relativos à receita e à despesa, efetuando-se comparações entre os valores previstos e realizados. A partir deles se obtém um resultado de *déficit*, de *superávit* ou de equilíbrio orçamentário.

Na tabela seguinte, está apresentado o Balanço Orçamentário do Estado do Acre no exercício de 2009 de forma resumida, especificando a receita e a despesa nos grupos corrente e de capital.

Tabela 5

R\$-mil

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2009								
NATUREZA	RECEITA			DESPESA			D/S=A-B	*AH%
	PREVISTA		REALIZADA (A)	FIXADA		EXECUTADA (B)		
	INICIAL	FINAL		INICIAL	FINAL			
Corrente	3.002.426	3.185.986	3.091.974	2.303.042	2.479.318	2.312.685	779.289	63,48
Intra-Orçamentária	93.802	93.802	99.527	93.802	100.984	99.527	0	2,73
Deduções da RC	428.020	428.020	383.761	0	0	0	383.761	0,00
Corrente Líquida	2.668.208	2.851.768	2.807.740	2.396.844	2.580.302	2.412.212	395.528	66,22
Capital	742.481	1.078.958	835.164	1.009.045	1.401.845	1.106.874	-271.710	30,38
Res. Contingência	0	0	0	4.800	4.550	0	0	0,00
TOTAL	3.410.689	3.930.726	3.642.904	3.410.689	3.986.697	3.519.086	123.818	96,60

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AH=Análise Horizontal→Participação da despesa executada na receita realizada.

D/S=Déficit/Superávit

Além dos dados obtidos com o resultado da análise horizontal na Tabela 5, inferem-se os seguintes comentários:

Na composição das receitas realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

2009, a Receita Corrente Líquida representa 77,08% e a Receita de Capital, 22,92%.

Quanto à execução da Despesa, verifica-se que a Despesa Corrente corresponde a 68,54% e a Despesa de Capital representa 31,46% do total das Despesas do exercício encerrado.

Na análise das informações, observa-se que a receita realizada no exercício de 2009, foi superior à prevista inicialmente em R\$-232,2 milhões, representando um acréscimo no percentual de 6,81%. Esses ingressos adicionais proporcionaram a abertura de créditos adicionais, que financiaram a despesa realizada em R\$-108,4 milhões a mais que a inicialmente fixada.

Tabela 6

R\$-mil

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO COMPARADO				
ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO ATUALIZADO	EXECUÇÃO		
		2009 (A)	2008 (B)	*AH%
Receita Corrente	3.185.986	3.091.974	2.800.615	10,40
Receita Intraorçamentária	93.802	99.527	88.488	12,48
(-) Deduções da RC	428.020	383.761	366.415	4,73
Receita Corrente Líquida (A)	2.851.768	2.807.740	2.522.688	11,30
Despesa Correntes	2.479.318	2.312.685	1.990.786	16,17
Despesa Intraorçamentária	100.984	99.527	88.488	12,48
Despesas Corrente (B)	2.580.302	2.412.212	2.079.274	16,01
Superávit Corrente (I)=(A)-(B)	271.466	395.528	443.414	-10,80
Receita de Capital (C)	1.078.958	835.164	449.802	85,67
Despesa de Capital (D)	1.401.845	1.106.874	662.909	66,97
Déficit de Capital II=(C)-(D)	-322.887	-271.710	-213.107	27,50
SUPERÁVIT TOTAL (I)+(II)	-51.421	123.818	230.307	-46,24
Reserva de Contingência(E)	4.550	0	0	0,00
Receita Total (A+C)	3.930.726	3.642.904	2.972.490	22,55
Despesa Total (B+D+E)	3.986.697	3.519.086	2.742.183	28,33

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AH=Análise Horizontal→Variação do ano de 2009 em relação a 2008

Analisando a tabela 6, observa-se que a Receita Corrente Bruta cresceu 10,40% e a Receita Corrente Líquida, 11,30%, as Receitas de Capital tiveram um acréscimo de 85,67%.

Assim, conclui-se que na execução orçamentária apresentada nos demonstrativos do Balanço Geral do Estado, houve um acréscimo na receita total, excluídas as operações de créditos, no montante de R\$-318,1 milhões, correspondendo a 11,08% em comparação com o exercício de 2008. Isso demonstra que o incremento foi superior ao índice oficial de inflação, medido pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, apurado pelo IBGE, que no ano de 2009 atingiu 4,11%. Em relação às despesas realizadas, o acréscimo foi de R\$-766,1 milhões, ou seja, 28,33% em comparação ao exercício anterior.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

4.2 Execução Mensal da Receita e Despesa

Na tabela 7 a seguir, é demonstrada a execução mensal da receita e da despesa por natureza no decorrer do exercício, demonstrando os itens de maior relevância, com o comparativo ao Orçamento Autorizado.

Tabela 7

R\$-mil

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2009															
RECEITAS	ORÇAMENTO ATUALIZADO	ARRECADADA/EXECUTADA												TOTAL EXECUTADO	EXECUÇÃO 2008
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
RECEITAS CORRENTES	3.279.788	242.239	251.053	218.748	288.179	259.785	240.245	206.750	234.452	246.094	336.863	279.097	387.997	3.191.502	2.889.103
Tributárias	592.942	41.179	50.377	48.739	50.991	43.811	46.353	47.558	51.490	49.568	51.233	51.202	55.556	588.057	560.164
Contribuições	142.371	5.374	8.191	8.422	8.305	8.536	6.968	8.036	11.525	7.295	17.332	10.453	22.484	122.921	85.986
Patrimonial	28.614	4.784	4.392	4.867	5.490	5.352	3.189	4.469	4.868	4.949	3.050	5.944	4.583	55.937	57.961
Transferências	2.353.865	185.802	176.785	144.734	210.542	191.641	171.401	135.322	152.422	166.809	256.087	193.549	137.764	2.122.858	2.046.179
Outras Receitas	68.195	4.893	4.393	4.950	5.598	3.421	5.135	4.326	5.471	9.717	6.934	4.215	143.149	202.202	50.326
Intraorçamentária	93.801	207	6.915	7.036	7.253	7.024	7.199	7.039	8.676	7.756	2.227	13.734	24.461	99.527	88.487
RECEITAS CAPITAL	1.078.958	13.843	2.730	9.994	11.707	64.512	82.674	60.350	34.416	46.646	48.984	219.905	239.402	835.163	449.802
Operações de Crédito	567.703	1.616	-	3.029	9.243	27.166	65.384	31.309	30.571	25.230	4.659	175.039	80.302	453.548	101.253
Transferências	511.255	12.197	2.683	6.560	2.418	37.275	17.196	29.004	3.791	21.335	44.221	44.824	159.022	380.526	346.952
Outras Receitas	-	30	47	405	46	71	94	37	54	81	104	42	78	1.089	1.597
DEDUÇÕES DA	428.020	34.186	33.436	27.759	31.887	35.868	32.234	26.319	29.777	27.204	30.593	36.221	38.277	383.761	366.415
TOTAL DA RECEITA	3.930.726	221.896	220.347	200.983	267.999	288.429	290.685	240.781	239.091	265.536	355.254	462.781	589.122	3.642.904	2.972.490
DESPESAS CORRENTES	2.580.302	178.459	188.388	185.542	182.365	190.597	201.736	209.300	184.267	189.559	197.987	195.807	308.205	2.412.212	2.079.273
Pessoal	1.280.778	93.393	93.210	99.602	98.160	103.008	106.014	108.148	99.868	101.089	101.813	95.573	171.523	1.271.401	1.130.530
Juros da Dívida	78.546	4.951	3.722	3.657	5.120	3.486	5.463	5.605	3.467	3.469	7.687	3.394	5.827	55.848	49.307
Outras Despesas	1.119.994	79.498	83.162	75.226	72.982	77.037	83.011	86.998	71.976	77.010	82.796	84.008	111.732	985.436	810.949
Intraorçamentária	100.984	617	8.294	7.057	6.103	7.066	7.248	8.549	8.956	7.991	5.691	12.832	19.123	99.527	88.487
CAPITAL	1.401.845	46.445	53.671	79.232	52.388	63.875	75.880	100.208	78.893	90.033	130.359	101.146	234.744	1.106.874	662.910
Investimentos	1.289.097	39.504	46.389	71.721	45.378	57.058	65.561	93.012	71.858	82.825	123.353	94.286	224.158	1.015.103	575.447
Outras Despesas	112.748	6.941	7.282	7.511	7.010	6.817	10.319	7.196	7.035	7.208	7.006	6.860	10.586	91.771	87.463
RES.DE	4.550	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA DESPESA	3.986.697	224.904	242.059	264.774	234.753	254.472	277.616	309.508	263.160	279.592	328.346	296.953	542.949	3.519.086	2.742.183
RESULTADO	-	55.971	-	3.008	-	21.712	-	63.791	33.246	33.957	13.069	-	68.727	-	24.069

Fonte: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil-SAFIRA.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

4.2.1 Receitas

Em comparação com o exercício de 2008, a arrecadação de 2009 foi superior em todas as receitas da categoria econômica, com exceção das fontes da Receita Patrimonial, a qual apresentou um decréscimo de 3,5%.

4.2.2 Despesas

A Despesa Total em comparação com o exercício de 2008 foi acrescida de 28,33%. Essa elevação deu-se principalmente pelo o aumento das despesas de capital, que atingiram no exercício de 2009, o valor de R\$-1.106,9 milhões, correspondendo a quase um terço do orçamento executado.

4.3 Deduções da Receita

O detalhamento dos valores correspondentes ao item “Deduções da Receita Corrente”, mencionado nas tabelas anteriores, está sinteticamente demonstrado, conforme a tabela 8, abaixo:

Tabela 8

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	*DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			
	2009		2008	
	PREVISTA	ARRECADADA	PREVISTA	ARRECADADA
ICMS - Formação do FUNDEB	45.578	70.395	48.483	60.905
IPVA - Formação do FUNDEB	900	2.585	992	1.486
IRRF - Formação do FUNDEB	17.000	0	0	0
ITCD- Formação do FUNDEB	75	146	45	85
FPE - Formação do FUNDEB	364.400	309.655	257.749	294.459
IPI - Formação do FUNDEB	67	81	61	82
ICMS - Desoneração – Formação do FUNDEB	0	266	1	244
RPPS - Investimentos	0	633	0	9.154
TOTAL	428.020	383.761	307.331	366.415

Fonte: Balanço Geral do Estado

* A Dedução da Receita Corrente não é a mesma que aquela estabelecida para o cálculo da Receita no Anexo III do Inciso I, art. 52 da Lei Complementar n.º 101, de 2000. Trata-se somente de dedução para a formação do FUNDEB e Perdas de Aplicações Financeiras do Fundo de Previdência, enquanto que no demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal também se incluem as contribuições previdenciárias do servidor e as transferências constitucionais aos municípios. A Portaria n.º 575 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, de 30 de agosto de 2007, estabeleceu que devem ser deduzidas da Receita Corrente Bruta os valores destinados à formação do FUNDEB.

4.4 Receita e Despesa por Fonte

A tabela 9 a seguir apresenta as receitas e as despesas realizadas, comparadas com os respectivos valores orçados por fonte de recursos, com o objetivo de verificar a correlação dos gastos com a respectiva receita.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 9

R\$-mil

FONTE	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇA	
	ORÇADA	ARRECADADA (A)	AUTORIZADA	EXECUTADA (B)	A-B	AV%
Recursos do Tesouro	2.098.878	2.004.342	2.149.895	2.067.985	-63.643	-51,40
Recursos de Convênios	559.358	512.556	559.358	438.645	73.911	59,69
Recursos Vinculados ao FUNDEB	327.504	302.550	327.504	315.487	-12.937	-10,45
Recursos Vinculados à Saúde	98.157	103.156	101.874	101.737	1.419	1,15
Recursos de Operações de Crédito	567.703	453.559	567.703	394.483	59.076	47,71
Recursos arrecadados pela Ad. Indireta	30.201	28.872	31.438	27.944	928	0,75
Recursos Previdenciários	248.925	237.869	248.925	172.805	65.064	52,55
TOTAL	3.930.726	3.642.904	3.986.697	3.519.086	123.818	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

AV=Análise Vertical→Participação da fonte no total da diferença.

A fonte "Recursos do Tesouro" é composta pela arrecadação de impostos e taxas, transferências constitucionais, outras transferências da união (CIDE, CEX, FNDE) e outras receitas correntes.

A diferença apresentada entre a receita orçada e a despesa autorizada, no valor de R\$-55,9 milhões, refere-se a créditos suplementares oriundos de saldo financeiro do exercício anterior.

4.5 Despesas por Programas

A tabela 10 a seguir, demonstra os 30 maiores programas de governo, classificados em ordem decrescente em relação aos recursos envolvidos, representando 92,12% do orçamento total executado.

Na análise dos dados apresentados, infere-se que mais de 50% dos programas listados, atingiram percentuais de execução, superiores a 100% da parcela do orçamento fixado para cada programa.

Pode-se verificar, na análise dos informes da Tabela 10, que 63,59% da execução da despesa está assim distribuída: Administração Governamental (14,08%); Gestão Educacional (12,29%); Infra-Estrutura e Transporte (11,95%); Gestão Saúde (11,03%); Segurança Pública (5,23%); Previdência (4,76%) e Serviço da Dívida (4,25%).



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

Tabela 10

R\$-mil

DESPESAS POR PROGRAMAS DE TRABALHO EXERCÍCIO DE 2009						
Código	Título	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada	Execução (b)	Execução % (b)/(a)	%AV
2009	Administração Governamental	468.070	505.765	495.348	105,83	14,08
2017	Gestão do Sistema Educacional	446.254	448.551	432.370	96,89	12,29
1013	Infra-estrutura e Logística de Transporte	211.459	454.133	420.521	198,87	11,95
2141	Atendimento Emergencial, Ambulatorial e Hospitalar	192.930	215.677	215.677	111,79	6,13
2037	Sistema único de Segurança Pública	167.585	185.376	184.184	109,90	5,23
2155	Modernizar a Gestão Saúde	98.290	178.685	172.497	175,50	4,90
2014	Prev.Social de Servidores, Ativos, Inativos e Pensionistas	243.028	243.028	167.621	68,97	4,76
2158	Gestão da Dívida Pública do Estado	200.145	189.472	149.701	74,80	4,25
2007	Execução da Ação Judiciária	124.444	137.735	135.923	109,22	3,86
2159	Administração Aduaneira e Tributária	112.437	133.162	132.203	117,58	3,76
1011	Habitação de Interesse Social	97.528	124.696	98.967	101,48	2,81
2001	Execução da Ação legislativa	82.444	85.229	84.003	101,89	2,39
2184	Conservação e Manutenção de Rodovias	38.008	69.642	65.909	173,41	1,87
2162	Políticas de Execução Finan. Contábil e Controle Interno	53.531	63.952	63.459	118,55	1,80
1023	Educação de Qualidade para Todos	94.071	88.551	56.349	59,90	1,60
2156	Fortalecimento da Rede do SUS	45.273	57.508	50.366	111,25	1,43
1010	Programa de Saneamento Ambiental	103.820	99.507	45.714	44,03	1,30
2133	Desenvolvimento de Infraestrutura Pública	21.299	42.746	38.295	179,80	1,09
2004	Defesa da Ordem Jurídica	38.888	43.759	43.600	112,12	1,24
1012	Investimentos de Obras Públicas	45.551	54.689	37.879	83,16	1,08
2002	Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa	30.425	31.350	30.290	99,56	0,86
1036	Programa de Excelência ao Atendimento ao Cidadão	16.944	40.277	28.492	168,15	0,81
2107	Assistência Técnica e Extensão Rural	40.815	36.773	26.291	64,42	0,75
1001	Implantação e Consolidação de Parques Industriais	57.574	21.920	15.969	27,74	0,45
2172	Gestão das Políticas Públicas e Assist. Social	15.985	16.563	14.350	89,77	0,41
1004	Preservação e Conservação do Ativo Ambiental	17.688	16.710	9.900	55,97	0,28
1035	Modernização e Fortal. Penitenciário e Ressocial. Dos Presos	14.810	12.489	7.104	47,97	0,20
1009	Ações Transversais - Defesa Animal e Vegetal	21.785	23.569	6.776	31,10	0,19
2148	Hospitais de Ensino	16.399	16.504	6.226	37,97	0,18
1002	Programa Integrado de Manejo Florestal	15.978	12.525	5.854	36,64	0,17
9999	Demais Programas	277.231	336.154	277.248	100,01	7,88
SOMA		3.410.689	3.986.697	3.519.086	103,18	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AV=Análise Vertical → Participação % de cada Programa no Orçamento Executado.

4.6 Evolução da Execução Orçamentária

A tabela 11 visualiza o comportamento das receitas e despesas realizadas, nos últimos cinco anos, apresentadas em valores nominais, apurados nos Balanços Anuais elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda.



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

Tabela 11

R\$-mil

EVOLUÇÃO DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2005 A 2009						
TÍTULO	2005	2006	2007	2008	2009	*AH%
Receitas (I)	1.841.371	2.063.283	2.276.725	2.972.490	3.642.904	97,84
Correntes	1.608.233	1.801.077	2.124.092	2.522.688	2.807.740	74,59
Capital	233.138	262.206	152.633	449.802	835.164	258,23
Despesas (II)	1.670.287	2.139.789	2.203.359	2.742.183	3.519.086	110,69
Correntes	1.301.175	1.532.777	1.780.399	2.079.274	2.412.212	85,39
Capital	369.112	607.012	422.960	662.909	1.106.874	199,87
Resultado (I-II)	171.084	- 76.506	73.366	230.307	123.818	

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AH=Análise Horizontal → Variação no ano de 2005 em relação a 2008

Com exceção do exercício de 2006, o resultado da execução orçamentária tem demonstrado a tendência de resultados orçamentários positivos.

Conforme evidenciado na tabela acima, em relação ao exercício de 2005, as receitas cresceram em valores nominais, saindo de R\$-1.841,4 milhões para R\$-3.642,9 milhões em 2009, atingindo a variação percentual de 97,84%. Já, as despesas no mesmo período, saíram de R\$-1.670,3 milhões para R\$-3.519,1 milhões, representado pelo percentual de 110,69%.

Ao compararmos a receita arrecadada com a despesa executada do exercício de 2009, verifica-se o *superávit* de R\$-123,8 milhões, onde se pode visualizar que 3,40% da receita arrecadada foi destinada ao fortalecimento das disponibilidades financeiras.

5 ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro do exercício, apresentado na forma do Anexo 13 da Lei Federal 4.320, de 1964, demonstra os ingressos e dispêndios orçamentários, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, os saldos de disponibilidades financeiras do exercício anterior e que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, de forma resumida, o Balanço Financeiro do exercício de 2009 apresenta os seguintes informes:

Tabela 12

R\$-mil

BALANÇO FINANCEIRO - 2009							
INGRESSOS	2009	2008	*AH%	DISPÊNDIOS	2009	2008	AH%
Receita Orçamentária	3.642.904	2.972.490	22,55	Despesa Orçamentária	3.519.086	2.742.183	28,33
Recebimento Extra-Orçamentário	45.110	43.139	4,57	Pagamento Extra-Orçamentário	24.383	34.309	-28,93
Sdo. Financeiro-Exerc. Anterior	486.133	246.996	96,82	Sdo. Financeiro-Exerc. Seguinte	630.678	486.133	29,73
SOMA	4.174.147	3.262.625	27,94	SOMA	4.174.147	3.262.625	27,94

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AH=Análise Horizontal ↔ Variação do ano de 2009 em relação a 2008

Na análise da tabela 12, verifica-se que a Receita Orçamentária (22,55%) em comparação com a Despesa Orçamentária (28,33%), tiveram um crescimento bastante acentuado entre 2008 e 2009.

5.1 Ingressos



ESTADO DO ACRE CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

As Receitas Orçamentárias, representando 87,27% dos ingressos, foram objeto de análise no Balanço Orçamentário, onde foi comentado o desempenho das receitas previstas e das realizadas.

As receitas Extra-Orçamentárias, que respondem por 1,08% dos ingressos, compreendem os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimento no exercício corrente, as obrigações deste exercício a serem pagas no exercício seguinte e os demais ajustes financeiros.

O Saldo Financeiro do Exercício Anterior é representado pelos recursos financeiros do exercício anterior ao encerrado, provenientes da movimentação financeira de R\$-486,1 milhões, representando 11,65% dos ingressos do exercício de 2009.

5.2 Dispêndios

As despesas orçamentárias correspondendo a 84,31% dos dispêndios, da mesma forma que as receitas orçamentárias, foram objeto de comentários nos seus principais aspectos, quando da análise da execução do orçamento do exercício.

As despesas extra-orçamentárias respondem por 0,58% dos dispêndios, compreendendo os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente e demais ajustes financeiros.

O Saldo Financeiro para Exercício Seguinte é representado pelos recursos financeiros disponíveis para imediata aplicação no exercício subsequente ao de realização e que, em 2009, atingiu a soma de R\$-630,7 milhões, respondendo por 15,11% dos dispêndios.

No exame do Balanço Financeiro, apresentado pela Secretaria de Estado da Fazenda, verifica-se que as receitas orçamentárias foram superiores às despesas orçamentárias, como também, as entradas extra-orçamentárias superaram as saídas extra-orçamentárias.

6 ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL

6.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, em uma situação estática, as contas representativas de Bens, Direitos, Obrigações e o Saldo Patrimonial positivo ou negativo da instituição pública.

A tabela 13 a seguir apresenta, de forma resumida, o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2009.



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

Tabela 13

R\$-mil

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO							
ATIVO	2009	2008	*AV%	PASSIVO	2009	2008	*AV%
FINANCEIRO	631.130	486.579	32,67	FINANCEIRO	42.187	23.150	2,18
Disponível	630.678	486.133	32,65	Exigível	42.187	23.150	2,18
Bancos-Conta Movimento	298.637	272.750	15,46	Restos a Pagar	40.003	20.087	2,07
Bancos-Contas Vinculadas	332.041	213.383	17,19	Outros Exigíveis	2.184	3.063	0,11
Realizável a Curto Prazo	452	446	0,02				
Outros Valores Realizáveis	452	446	0,02				
ATIVO PERMANENTE	1.300.757	1.034.561	67,33	PERMANENTE	1.384.399	1.045.676	71,66
Imobilizado	1.081.313	840.289	55,97	Dívida Funada Interns	1.275.129	964.568	66,00
Imóveis	716.202	550.110	37,07	Dívida Funada Externs	109.270	81.108	5,66
Móveis	378.041	300.290	19,57				
(-)Depreciação	12.930	10.111	0,67				
Créditos e Valores	219.444	194.272	11,36				
Dívida Ativa	210.364	174.029	10,89				
Almoxarifado	9.067	20.230	0,47				
Diversos	13	13	0,00				
ATIVO REAL	1.931.887	1.521.140	100,00	PASSIVO REAL	1.426.586	1.068.826	73,84
				SALDO PATRIMONIAL	505.301	452.314	26,16
ATIVO	1.931.887	1.521.140	100,00	PASSIVO	1.931.887	1.521.140	100,00
COMPENSADO	382.091	251.958		COMPENSADO	382.091	251.958	
TOTAL DO ATIVO	2.313.978	1.773.098		TOTAL DO PASSIVO	2.313.978	1.773.098	

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AV=Análise Vertical→Participação do item nas somas do Ativo e Passivo

Com base nos dados inseridos no demonstrativo acima, apresentamos alguns comentários sobre a composição e variações ocorridas no exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2009.

6.1.1 Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro registra os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita e de recolhimentos de terceiros a título de Depósitos, Cauções, Garantias e outros. Compreende os créditos e valores que independem de autorização orçamentária para serem movimentados.

Em comparação ao exercício de 2008, o Ativo Financeiro do exercício analisado foi acrescido em 29,71%.

6.1.1.1 Disponível

O Disponível se compõe dos valores pertencentes ao Estado, em moeda nacional e estrangeira, em poder dos Bancos e representa 99,93% do Ativo Financeiro, com acréscimo nas disponibilidades de 29,73% em relação ao ano anterior. Os 0,07% restantes do Ativo Financeiro referem-se aos Créditos a Receber.

O Anexo I deste relatório, apresenta o detalhamento dos saldos da conta Bancos, totalizando R\$-630,7 milhões, com a participação de 47,35% de Recursos do Tesouro e 52,65% de recursos vinculados.

O total das disponibilidades está distribuído por Órgãos da Administração Direta e



ESTADO DO ACRE CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Unidades da Administração Indireta, englobando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, comparando saldo final do exercício encerrado com o saldo do exercício anterior.

6.1.2 Ativo Permanente

O Ativo Permanente refere-se a operações com Bens e Valores que não interferem na movimentação financeira. No caso, o saldo deste grupo está representado em quase a sua totalidade, pelos Bens Móveis e Imóveis de propriedade do Estado. Outros informes sobre os bens do Ativo Imobilizado estão explicitados no relatório anexo a esta Prestação de Contas, produzido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Comparado com o exercício anterior, o Ativo Permanente em 2009 apresentou um incremento de 25,73%.

6.1.3 Ativo Real

O Ativo Real corresponde ao somatório dos valores do Ativo Financeiro e Ativo Permanente, evidenciando os direitos patrimoniais ocorridos na Administração Pública movimentados durante o exercício. Em 2009, o Ativo Real foi aumentado no percentual de 27,00% em relação ao ano anterior.

6.2 Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro registra as obrigações provenientes da execução orçamentária da despesa e os compromissos exigíveis em curto prazo, decorrentes de operações que devem ser pagas independentes de autorização orçamentária. Estão inclusas neste grupo de conta, os Depósitos (Consignações, Depósitos de Terceiros) e Obrigações em Circulação (Restos a Pagar e Valores em Trânsito Exigíveis), correspondendo a R\$-42,2 milhões, o que representa 2,95% do Passivo Real.

O Anexo II deste relatório, demonstra a composição da conta “Restos a Pagar”, totalizado a quantia de R\$-40,0 milhões, a qual, em conjunto com as demais rubricas do Passivo Financeiro, apresentam-se cobertos pelas disponibilidades registradas no Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2009.

6.3 Passivo Permanente

O Passivo Permanente está representado pelas Operações de Crédito Internas e Externas e dos Precatórios Judiciais, contemplando as dívidas a serem resgatadas ao longo dos exercícios financeiros subsequentes. A Dívida Fundada é oriunda de obrigações assumidas por meio de Leis, Contratos e da realização de operações de crédito interna e externa. Apresentou no ano de 2009 um acréscimo nominal de 32,39% em relação a 2008.

O valor da Dívida, importando em R\$-1.384,4 milhões, correspondendo a 97,05% do Passivo Real, está assim composta:



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

Tabela 14

R\$-mil

COMPOSIÇÃO	VALORES		VARIÇÃO	
	2009(A)	2008(B)	(A-B)	*AH%
DIVIDA INTERNA				
Nº 118.357-90 - CEF/PENAFE	4.329	7.115	-2.786	-39,16
Nº 111.963-86 - CEF/Parque da Maternidade	16.562	17.561	-999	-5,69
Nº 111.936-41 e 163.179-74 - CEF/ETA Sobral	23.706	24.886	-1.180	-4,74
Nº 163.182-29CEF/ETE-Estação de Tratamento de Água e Esgoto	9.263	9.647	-384	-3,98
Nº 02.2.089.7.1, 05.2.0433.1, 08.2.0042-1, 08.2.0280.1, 08.2.0281.1, 09.2.1139.1 e 09.2.1493.1 - BNDES	452.127	224.439	227.688	101,45
Nº 90/00100-1 - Banco do Brasil/Lei 7976/89	0	1.100	-1.100	-100,00
Nº 94/00009-3 e 94/00010-7 - Banco do Brasil/Lei 8727/93	223.431	252.146	-28.715	-11,39
Nº 015/98 - STN/Lei 9.496	287.381	301.051	-13.670	-4,54
Nº 20/00013-8 - PEF-Banco do Brasil AS	138.654	0	138.654	100,00
Nº 0241.362-64/08, 0248.994-59/08 e 0248.995-64/08 - Pro-Moradia	7.571	0	7.571	100,00
Parcelamento INSS	60.340	72.300	-11.960	-16,54
Parcelamento FGTS	463	857	-394	-45,97
Parcelamento PGFN	788	1.150	-362	-31,48
SOMA (I)	1.224.615	912.252	312.363	34,24
DIVIDA EXTERNA				
Nº 1399/OC-BR - Contrato BID	81.411	81.108	303	0,37
Nº 7625/BR - BIRD	27.859	0	27.859	100,00
SOMA (II)	109.270	81.108	28.162	34,72
PRECATÓRIOS				
Anterior a 05/05/2000	29.606	34.130	-4.524	-13,26
Posteriores a 05/05/2000	20.908	18.186	2.722	14,97
SOMA (III)	50.514	52.316	-1.802	-3,44
TOTAL (I+II+III)	1.384.399	1.045.676	338.723	32,39

Fonte: Balanço Geral do Estado

**AH=Análise Horizontal→Variação do ano de 2009 em relação a 2008*

6.4 Passivo Real

O Passivo Real corresponde ao somatório dos valores do Passivo Financeiro e Passivo Permanente, evidenciando as obrigações com terceiros de responsabilidade da Administração Pública no encerramento do exercício.

6.5 Saldo Patrimonial

O Saldo Patrimonial, ou seja, o Patrimônio Líquido é a diferença entre Ativo Real e Passivo Real, após a apuração do resultado do exercício. No exercício em análise, o Patrimônio Líquido apresentou uma situação positiva no valor de R\$-505,3 milhões, revelando um acréscimo de 11,71% em relação ao exercício anterior.

6.6 Ativo e Passivo Compensado

No Ativo e Passivo Compensado de valores iguais a R\$-382,1 milhões, estão representados os Bens, Valores, Obrigações e outras situações que não tem reflexos imediatos no patrimônio do Ente Público, mas que poderão vir a afetá-lo no futuro.

7 ANÁLISE DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

As Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciam as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o período, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado entre variações ativas e passivas.

O quadro a seguir, demonstra as Variações Patrimoniais ocorridas no exercício de 2009.

Tabela 15

R\$-mil

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS							
VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	2009	2008	*AV %	TÍTULOS	2009	2008	*AV %
Orçamentárias	4.894.851	3.892.912	97,16	Orçamentárias	4.726.093	3.384.071	93,81
Receitas	3.642.904	2.972.490	72,31	Despesas	3.519.086	2.742.183	69,85
Interferências Ativas	738.926	535.220	14,67	Interferências Passivas	738.926	535.220	14,67
Mutações Ativas	513.021	385.202	10,18	Mutações Passivas	468.081	106.668	9,29
Extra-Orçamentárias	143.055	30.712	2,84	Extra-Orçamentárias	258.826	188.563	5,14
Total das Variações Ativas	5.037.906	3.923.624	100,00	Total das Variações Passivas	4.984.919	3.572.634	0,00
Resultado Patrimonial		0	0,00	Resultado Patrimonial	52.987	350.990	
TOTAL	5.037.906	3.923.624	100,00	TOTAL	5.037.906	3.923.624	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AV=Análise Vertical→Participação do item nos totais

7.1 Variações Ativas

As Variações Ativas representam as agregações de novos elementos ao Patrimônio Público que poderão ocorrer por meio de aumento de Valores Ativos, Reduções de Valores Passivos ou Fatos Permutativos, resultante ou não da execução orçamentária.

7.2 Variações Passivas

As Variações Passivas representam as diminuições dos elementos do Patrimônio Público que reduzem a Situação Patrimonial da Entidade, mediante o aumento de Valores Passivos, reduções de Valores Ativos ou Fatos Permutativos, resultante ou não da execução orçamentária.

7.3 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é a diferença entre as Variações Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. No exercício de 2009, foi apresentado um *superávit* de R\$-52,9 milhões.

8 ÍNDICES DE RESULTADOS

A Contabilidade Pública subordina-se aos dispositivos das Constituição Federal e Estadual, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, das Leis que regulam os Orçamentos (PPA, LDO e LOA) e dos Regulamentos e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado, em especial, a Resolução nº 062, de 2008.

A seguir, apresentamos os valores e informações relevantes, extraídos dos Balanços,



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Demonstrativos Contábeis e Financeiros, elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda, evidenciando o orçamento, a receita e despesa realizada, o disponível, o patrimônio financeiro e permanente, a dívida fundada e os limites legais impostos pela legislação constitucional e fiscal, fazendo um comparativo com o último exercício.

8.1 Análise de Indicadores

Os indicadores a seguir foram extraídos dos Demonstrativos dos Balanços Gerais do Estado, apresenta a seguinte configuração:

8.1.1 Análise dos Indicadores Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais

8.1.1.1 Análise dos Balanços Orçamentário e Financeiro

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
Receita Realizada (A)	3.642.904	1,07
Receita Orçada Inicial (B)	3.410.689	

Fonte: Tabela 5

O indicador acima demonstra que houve um excesso de arrecadação, pois para cada R\$-1,00 de expectativa de arrecadação, foram arrecadados R\$-1,07.

ÍNDICE DE COBERTURA DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
Excesso de Arrecadação (A)	520.037	0,90
Créditos Adicionais Abertos (B)	576.008	

Fonte: Tabela 5

Este índice demonstra que o excesso de arrecadação supriu 90% dos Créditos Adicionais Abertos. O restante foi coberto com saldo financeiro de exercícios anteriores.

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
Despesa Executada (A)	3.519.086	0,88
Despesa Orçada Final (B)	3.986.697	

Fonte: Tabela 5

A despesa executada no exercício analisado ficou abaixo da despesa autorizada, atingindo R\$-0,88 para cada R\$-1,00 da previsão, apresentando uma economia orçamentária de 16%.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

ÍNDICE DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
Receita Realizada (A)	3.642.904	1,04
Despesa Executada (B)	3.519.086	

Fonte: Tabela 5

Constatamos um equilíbrio na apuração deste índice, o qual demonstra que para cada R\$-1,00 executados foram arrecadados R\$-1,04.

ÍNDICE DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
Receita Corrente Realizada (A)	2.807.740	1,16
Despesa Corrente Executada (B)	2.412.212	

Fonte: Tabela 5

Verificamos no quadro acima, que a receita corrente arrecadada, além da cobertura da despesa correspondente, apresenta uma sobra de 0,16% de Receita Corrente à disposição de possíveis incrementos na Despesa de Capital.

ÍNDICE DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
Receita de Capital Realizada (A)	835.164	0,75
Despesa de Capital Executada (B)	1.106.874	

Fonte: Tabela 5

Na análise do quadro acima, verificamos que Receita de Capital realizada, apresentou-se insuficiente para a execução da Despesa correspondente, gerando um resultado deficitário de capital da ordem de 25%, o qual foi equacionado com o excesso de arrecadação corrente.

8.1.1.2 Análise Comparativa do Balanço Patrimonial

ÍNDICE DE RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
Disponível para o Exercício Seguinte (A)	630.678	1,30
Disponível do Exercício Anterior (B)	486.133	

Fonte: Tabela 13

O fato do saldo que passa para o exercício seguinte ser maior do que o saldo do exercício anterior demonstra que os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício, gerando, portanto, um “superávit financeiro”. Dessa forma, o resultado foi positivo, observando um acréscimo nas disponibilidades de 30%.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
Ativo Financeiro (A)	631.130	14,96
Passivo Financeiro (B)	42.187	

Fonte: Tabela 13

A relação "Ativo Financeiro/Passivo Financeiro" mostra que, para cada R\$-1,00 de dívida de curto prazo, o Estado apresentava R\$-14,96 para quitá-las. Demonstrando, que a suficiência para cobrir as obrigações financeiras de curto prazo, é considerável.

ÍNDICE DA SITUAÇÃO DO PERMANENTE

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
Ativo Permanente (A)	1.299.973	0,94
Passivo Permanente (B)	1.384.398	

Fonte: Tabela 13

Esse índice deve demonstrar o nível de endividamento do órgão por meio da relação entre a soma dos bens, créditos e valores, ou seja, bens e direitos de longo prazo e a soma das obrigações de longo prazo.

A análise do índice demonstra que para cada real de passivo permanente, o ativo permanente cobriria R\$-0,94.

ÍNDICE DE RESULTADO PATRIMONIAL

R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	A/B
ATIVO REAL (A)	1.931.103	1,35
PASSIVO REAL (B)	1.426.586	

Fonte: Tabela 13

O índice apurado pela relação entre a Soma do Ativo Real e a Soma do Passivo Real, no exercício em análise, mostra que para cada R\$-1,00 de Passivo Real (financeiro e permanente), o Estado dispõe de R\$-1,35 de Ativo Real, caracterizando uma situação de *superávit* patrimonial.

8.1.2 Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que se refere às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e orçamentária, estabelece normas para elaboração e publicação bimestral, quadrimestral e anual de diversos relatórios resumidos com o objetivo de permitir que a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária e fiscal dos poderes executivo, legislativo e judiciário da diversas esferas de governo.

Para a avaliação da Execução Orçamentária e da Gestão Fiscal, consideramos as informações contidas nos relatórios publicados pelo Poder Executivo do Estado do Acre, relativas ao período de janeiro a dezembro de 2009, por meio dos indicadores da receita corrente líquida,



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

resultado primário, resultado nominal, dívida consolidada, operações de crédito e gastos com educação, saúde e pessoal, conforme apresentado na Tabela 16.

Tabela 16						R\$-mil
LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF						
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	*AH%
I - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA						
Receitas Correntes	1.799.640	2.012.044	2.395.498	2.791.461	3.091.341	10,74
Deduções	332.749	376.169	462.019	568.204	638.251	12,33
Receita Corrente Líquida	1.466.891	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	10,34
II - RESULTADO PRIMÁRIO						
Receitas Primárias	1.691.713	1.940.155	2.231.613	2.821.055	3.133.225	11,07
Despesas Primárias	1.567.478	2.024.691	2.087.813	2.605.414	3.371.466	29,40
Resultado Primário	124.235	- 84.536	143.800	215.641	- 238.241	- 210,48
Meta de Resultado Primário	23.042	65.974	44.030	20.713	196.020	846,36
Saldo de Exercícios Anteriores	54.116	234.794	159.684	4.026	55.971	1.290,24
III - RESULTADO NOMINAL						
Dívida Consolidada	898.615	976.988	960.361	1.011.546	1.354.793	33,93
Deduções	242.719	165.689	165.408	379.454	519.906	37,01
Dívida Fiscal Líquida	655.896	811.299	794.953	632.092	834.887	32,08
Resultado Nominal	- 62.223	155.402	- 16.345	- 162.861	202.795	- 224,52
Meta de Resultado Nominal	18.558	31.125	9.181	55.562	144.020	159,21
IV - GASTO COM EDUCAÇÃO						
Receita Líquida de Impostos	1.337.342	1.479.254	1.696.103	2.044.142	2.011.721	- 1,59
Despesas Típicas de MDE	379.220	434.271	476.940	580.283	565.575	- 2,53
Mínimo de 25% das Receitas	28,36	29,36	28,12	28,39	28,11	- 0,96
V - GASTO COM SAÚDE						
Receita Líquida de Impostos	1.337.342	1.479.254	1.696.103	2.044.141	2.011.721	- 1,59
Despesas Próprias com Saúde	161.148	203.690	234.374	293.254	346.717	18,23
Mínimo de 12% das Receitas	12,05	13,77	13,82	14,35	17,23	20,14
VI - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL						
Receita de Operações de Crédito	120.178	90.590	16.574	101.253	453.549	347,94
Despesas de Capital	363.895	602.963	422.960	662.909	1.106.873	66,97
Regra de Ouro	- 243.717	- 512.373	- 406.386	- 561.656	-653.324	16,32
VII - DESPESAS COM PESSOAL						
Despesas com Pessoal	650.507	786.961	893.694	1.020.326	1.130.843	10,83
Receita Corrente Líquida	1.466.891	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	10,34
Máximo de 49% da RCL	44,35	48,11	46,22	45,89	46,10	0,45
VIII - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA						
Dívida Consolidada Líquida	655.896	811.298	794.953	632.092	896.478	41,83
Receita Corrente Líquida	1.466.890	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	10,34
Máximo de 200% - Res. Senado	44,71	49,59	41,12	28,43	36,54	28,54
IX - OPERAÇÕES DE CRÉDITO						
Operações de Crédito	120.178	90.590	16.574	101.253	453.549	347,94
Receita Corrente Líquida	1.466.890	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	10,34
Máximo de 16% - Res. Senado	8,19	5,54	0,86	4,55	18,49	305,97

Fonte: Anexos publicados da LRF.

*AH=Análise Horizontal→Variação do ano de 2009 em relação a 2008



ESTADO DO ACRE CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

I Receita Corrente Líquida

A receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas as seguintes deduções:

- contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema previdência e assistência social;
- transferências ao FUNDEB;
- compensações financeiras entre regimes de previdência;
- parcelas distribuídas aos municípios, por determinação constitucional.

Este conceito é utilizado para apuração dos limites da despesa total de pessoal, da dívida pública, das operações de crédito e das garantias e contra garantias.

O valor da Receita Corrente Líquida, no exercício de 2009, foi de 2.453,1 milhões de Reais, evidenciando um acréscimo de 67,23% no decorrer dos últimos cinco anos.

II Resultado Primário

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias, com a função de fornecer uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução, medindo como as ações correntes do setor público afetam a trajetória do seu endividamento.

O resultado primário, quando traduzido em *superávit*, é direcionado para o pagamento de serviço da dívida, contribuindo para a redução do estoque da dívida líquida. Por outro lado, *déficit* primário, indica um aumento da dívida, em decorrência do financiamento de gastos não-financeiros que excedem as receitas financeiras.

No exercício em análise, o resultado primário apresentou um *déficit* primário de R\$-238,2 milhões, portanto, superior em 21,54% ao valor fixado como meta para o exercício encerrado, cuja diferença, foi suplementada pelo saldo financeiro de exercícios anteriores.

III Resultado Nominal

A apuração do resultado nominal mede a evolução da dívida fiscal líquida. A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida fiscal líquida, compreendendo o total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em decorrência de leis, contratos, convênios ou outra forma de pactuação de operações de crédito.

No exercício de 2009, ocorreu um crescimento da dívida consolidada líquida em relação ao exercício de 2008, passando de R\$-632,1 milhões para R\$-834,9 milhões, traduzindo-se no acréscimo 32,08%.

IV Gasto com Educação

Na análise das do item IV, Tabela 16, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, nos últimos cinco exercícios, tem se mostrado constantes, girando em torno de 28% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais. Portanto, sendo cumpridos os dispositivos da Constituição Estadual.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

V Gasto com Saúde

Os gastos com saúde atingiram, em 2009, o percentual de 17,23% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais, sendo superior ao limite recomendado pela legislação, que é de 12%.

VI Receita de Operações de Crédito

O Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital apresenta as receitas de operações de crédito comparadas com a despesa de capital líquida, com a finalidade de demonstrar o cumprimento da Regra de Ouro.

No exercício em análise, o Estado apresentou o enquadramento na referida regra, considerando que as despesas de capital foram superiores às receitas de capital em R\$-653,3 milhões.

VII Gastos com Pessoal

No exercício de 2009, o Poder Executivo do Estado do Acre comprometeu 46,10% da RCL com a despesa líquida de pessoal, percentual inferior ao limite legal definido pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, que é de 49%.

VIII Dívida Consolidada

A dívida consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da LRF.

A dívida consolidada líquida do Estado, no exercício de 2009, apresenta-se enquadrada nos dispositivos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

IX Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Crédito visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas pelo ente da Federação, discriminando-as em face de sua relevância à luz da legislação aplicável e a verificar os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Resoluções do Senado Federal.

No exercício em análise, o valor das Receitas de Operações de Crédito, apresenta-se superior ao limite estipulado pelo art. 7º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, que é de 16%.

Com a edição da Resolução nº 29, de 25 de setembro de 2009, acrescentando ao parágrafo 3º do art. 7º da Resolução nº 43, o Inciso III, ficou excluído do cálculo dos limites para operações de crédito contratadas, as operações realizadas diretamente pelos estados com o BNDES.

Assim, como no exercício de 2009, o BNDES liberou financiamentos ao estado o valor de R\$-249,3 milhões, o limite fixado pela LRF fica ajustado para 10,16%



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

9 CONCLUSÃO

Em nossos exames, constatamos que não há fatos relevantes que configurem descumprimento, pelo Governador do Estado do Acre, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e dos Normativos do Tribunal de Contas do Estado, especialmente da Resolução nº 062, de 2008.

Da análise efetuada, sobre as peças que compõem a Prestação de Contas do Governo do Estado do Acre, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, constatamos que estas traduzem a situação patrimonial e financeira do Estado, e que a execução orçamentária e os resultados decorrentes dessa execução, representam adequadamente e com fidedignidade o que foi autorizado pelo Poder Legislativo na Lei Estadual nº 2.093, de 2008, (LOA), estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

Rio Branco, 29 de março de 2010.

Flora Valladares Coelho
Controladora Geral do Estado

Apoio Técnico:

Cícero Antônio Ferreira Dias
Coordenador do DECAP I

Ebes Araújo Vasconcelos
Coordenador do DETIC

Francisco das Chagas Sobrinho
Coordenador do DECON

Kleyber Souza Guimarães
Coordenador do DECIN

Leandro André Knorst
Coordenador do DECAP II

Raimundo Carlos Mota Monteiro
Coordenador do DECAP III



ESTADO DO ACRE CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO I DISPONIBILIDADE-CONTA BANCOS

R\$-mil

ÓRGÃOS	CONTA TESOURO		CONTAS VINCULADAS		TOTAL	
	2009(a)	2008	2009(b)	2008	2009(a+b)	*AV%
101-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	2.158	136	0	0	2.158	0,34
102-TRIBUNAL DE CONTAS	1.997	1.110	0	0	1.997	0,32
203-TRIBUNAL DE JUSTIÇA	0	0	7	7	7	0,00
304-MINISTÉRIO PÚBLICO	449	2.191	137	131	586	0,09
PODER EXECUTIVO-ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
523-Defensoria Pública	0	0	423	2	423	0,07
609-Corpo de Bombeiros	0	0	42	30	42	0,01
713-Secretaria de Planejamento	87	66	0	0	87	0,01
714-Secretaria de Gestão Administrativa	136	49	173	163	309	0,05
715-Secretaria da Fazenda	113.545	146.494	62.862	25.788	176.407	27,97
717-Secretaria de Educação	2.340	824	23.168	8.789	25.508	4,04
719-Secretaria de Segurança	0	0	6.965	4.713	6.965	1,10
720-Secretaria do Meio Ambiente	53	179	1.047	436	1.100	0,17
722-Secretaria de Desenvolvimento psrs Segurança Social	360	0	8.171	237	8.531	1,35
730-Secretaria de Floresta	1	175	30	183	31	0,00
732-Secretaria de Agropecuárias	0	4	2.183	2.010	2.183	0,35
751-Secretaria de Esporte e Turismo	0	6	1.666	1.037	1.666	0,26
752-Secretaria de Ciência e Tecnologia	648	125	1.894	8.498	2.542	0,40
753-Secretaria Agro-Florestal e Produção Familiar	448	153	5.522	1.917	5.970	0,95
754-Secretaria de Infra-estrutura e Obras	0	338	7.039	8.957	7.039	1,12
755-Secretaria de Justiça	0	0	1.765	538	1.765	0,28
756-Secretaria de Habitação e Interesse Social	0	0	20.340	19.148	20.340	3,23
757-Secretaria Extraordinária de Ações Socio Educativa	0	0	8.791	1.043	8.791	1,39
759-Secretaria da Polícia Civil	0	0	37	0	37	0,01
Soma	117.618	148.413	152.118	83.489	269.736	42,77
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
201-Departamento de Estradas e Rodagens	164	163	101.434	63.386	101.598	16,11
202-Instituto de Meio Ambiente	24	59	166	158	190	0,03
203-Departamento de Águas e Saneamento	505	703	20.311	12.659	20.816	3,30
204- Departamento de Trânsito	1.146	512	0	0	1.146	0,18
205-Junta Comercial	282	196	0	0	282	0,04
206-Instituto de Terras	0	94	0	0	0	0,00
207-Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal	0	39	0	119	0	0,00
209-Instituto de Administração Penitenciária	65	37	3.761	5.922	3.826	0,61
211-Instituto de Previdência	3.188	2.905	0	0	3.188	0,51
212-Instituto Dom Moacir Grechi	362	176	5.351	2.153	5.713	0,91
301-Fundação de Tecnologia	99	9	12.992	17.962	13.091	2,08
302-Fundação Hospitalar	4	0	176	397	180	0,03
303-Fundação de Cultura Elias Mansour	348	490	4.842	3.138	5.190	0,82
305-Fundação Escola do Servidor	23	23	0	0	23	0,00
401-Companhia de Armazéns Gerais	95	39	2	1	97	0,02
402-Empresa de Assistência e Extensão Rural	201	42	0	0	201	0,03
403-Companhia de Desenvolvimento Industrial	1	1	0	0	1	0,00
404-Companhia de Colonização	1	11	0	0	1	0,00
501-Companhia de Habitação do Acre	421	316	0	0	421	0,07
502-Companhia de Saneamento do Acre	1	1	0	0	1	0,00
503-Empresa de Processamento de Dados	1	9	0	0	1	0,00
504-Companhia de Laticínios	1	1	0	0	1	0,00
510-Banco do Estado do Acre	24	24	0	0	24	0,00
601-Fundo de Desenvolvimento da Educação	7.273	18.862	0	0	7.273	1,15
602-Fundo de Reaparelhamento Policial-Civil	42	0	0	0	42	0,01
603-Fundo de Reaparelhamento Policial-PM	23	0	0	0	23	0,00
605-Fundo do Meio Ambiente	246	66	0	0	246	0,04
606-Fundo do Direito da Criança e do Adolescente	0	0	108	108	108	0,02
607-Fundo Estadual de Saúde	319	204	23.513	22.378	23.832	3,78
608-Fundo de Assistência Social	0	0	7.123	1.375	7.123	1,13
611-Fundo de Aval	48	45	0	0	48	0,01
615-Fundo de Desenvolvimento Sustentável	872	702	0	0	872	0,14
619-Fundo de Habitação	1.969	1.738	0	0	1.969	0,31
621-Fundo Especial de Estudos Jurídicos	809	707	0	0	809	0,13
622-Fundo de Floresta	1.169	778	0	0	1.169	0,19
625-Fundo de Previdência Social	156.689	91.948	0	0	156.689	24,84
Soma	176.415	120.900	179.779	129.756	356.194	56,48
TOTAL	298.637	272.750	332.041	213.383	630.678	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AV=Análise Vertical—Participação do disponível do órgão no saldo total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

RELATÓRIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNADOR DO ACRE

ANEXO II

R\$-mil

COMPOSIÇÃO DO SALDO DE RESTOS À PAGAR				
ÓRGÃOS OU ENTIDADES	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	*AV%
101-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	0	932	932	2,23
102-TRIBUNAL DE CONTAS	56	1927	1.983	4,75
304-MINISTÉRIO PÚBLICO	1	259	260	0,62
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
445-Secretaria de Governo	7	0	7	0,02
446-Gabinete Civil	0	4	4	0,01
447-Gabinete Militar	1	0	1	0,00
448-Controladoria Geral	3	2	5	0,01
510-Procuradoria Geral	4	0	4	0,01
523-Defensoria Pública	45	0	45	0,11
608-Polícia Militar	48	0	48	0,11
609-Corpo de Bombeiros	3	62	65	0,16
713-Secretaria de Planejamento	15	0	15	0,04
714-Secretaria de Gestão Administrativa	2.348	5.993	8.341	19,98
715-Secretaria da Fazenda	155	5.103	5.258	12,59
717-Secretaria de Educação	266	5.780	6.046	14,48
719-Secretaria de Segurança	25	2.673	2.698	6,46
720-Secretaria do Meio Ambiente	5	0	5	0,01
722-Secretaria de Assistência Social	111	0	111	0,27
730-Secretaria de Floresta	264	0	264	0,63
732-Secretaria de Agropecuárias	9	0	9	0,02
751-Secretaria de Esporte e Turismo	269	277	546	1,31
752-Secretaria de Ciência e Tecnologia	1.022	0	1.022	2,45
753-Secretaria Agro-Florestal e Produção Familiar	2	814	816	1,95
754-Secretaria de Infra-estrutura e Obras	501	0	501	1,20
755-Secretaria de Justiça	2	71	73	0,17
756-Secretaria de Habitação e Interesse Social	140	3542	3.682	8,82
757-Secretaria Extraordinária de Ações Sócio Educativa	4	51	55	0,13
758-Secretaria de Polícia Civil	3	0	3	0,01
Soma	5.252	24.372	29.624	70,96
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
201-Departamento de Estradas e Rodagens	2.781	2.154	4.935	11,82
203-Departamento de Águas e Saneamento	8		8	0,02
204- Departamento de Trânsito	67	120	187	0,45
206-Instituto de Terras	1		1	0,00
209-Instituto de Administração Penitenciária	206	35	241	0,58
207-Instituto de Defesa Agropecuária e Floresta	3		3	0,01
210-Agência Reguladora de Serviços Públicos	50		50	0,12
212-Instituto Dom Moacir Grechi	556		556	1,33
213-Instituto Sócio-Educativo	6	6	12	0,03
302-Fundação Hospitalar	3		3	0,01
303-Fundação de Cultura Elias Mansour	159	32	191	0,46
307-Fundação de Desenvolvimento e Social	1		1	0,00
401-Companhia de Armazens Gerais	1	1	2	0,00
403-Companhia de Desenvolvimento Industrial	0	2	2	0,00
503-Empresa de Processamento de Dados	1		1	0,00
601-Fundo de Desenvolvimento da Educação	823	627	1.450	3,47
607-Fundo Estadual de Saúde	299	0	299	0,72
608-Fundo de Assistência Social	216		216	0,52
618-Fundo de Desenvolvimento Cient. Tecnológico	35		35	0,08
619-Fundo Estadual de Habitação	0	754	754	1,81
621-Fundo Orçamentário Especial	1		1	0,00
Soma	5.217	3.731	8.948	21,43
TOTAL	10.526	31.221	41.747	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado

*AV=Análise Vertical→Participação de Restos a Pagar do órgão no saldo total

**Na linha Ministério Público, coluna Não Processados, esta incluído o valor de R\$-32.078, relativo a exercícios anteriores.